

tumultuam orçamento

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

Os técnicos encarregados do acompanhamento da execução orçamentária estão preocupados com o festível de suplementações aprovadas por decretos do presidente, por conta do excesso de arrecadação da Receita do corrente ano ou de deduções da reserva de contingência. Algumas dessas despesas poderiam ser postergadas para o próximo exercício, como Cz\$ 250,0 milhões concedidos ao Ministério do Trabalho para "construção, aquisição e reaparelhamento de edifícios públicos", e Cz\$ 137,0 milhões dados ao Ministério das Relações Exteriores para "obras e instalações".

O decreto presidencial 95.284, de 23 deste mês, destinou um crédito suplementar de Cz\$ 575,5 milhões como participação da União no capital do BNDES para aplicação na Companhia Florestal Monte Dourado, antigo Projeto Jari, e mais Cz\$ 385,5 milhões para pagamento de indenizações por retificação de lavra. Os dois recursos, no montante de Cz\$ 961,1 milhões, foram deduzidos dos encargos financeiros da União, uma dotação de livre manipulação pela Presidência da República.

Já o decreto 95.062 abriu, ao Ministério das Minas e Energia, a dotação de Cz\$ 6,0 bilhões como participação da União no capital da Nuclebrás. Trata-se de uma operação destinada a financiar, via Tesouro, o ser-

viço da dívida externa da estatal nuclelétrica.

As suplementações beneficiaram também a Presidência da República, que recebeu uma verba adicional de Cz\$ 17,6 milhões para reforço das dotações do gabinete da Presidência (Cz\$ 1,7 milhão), Conselho de Segurança Nacional (Cz\$ 12,9 milhões) e Serviço Nacional de Informações (Cz\$ 3,0 milhões).

O Estado-Maior das Forças Armadas recebeu uma dotação suplementar de Cz\$ 5,0 milhões para construção do campo de lançamento de Alcântara, no Maranhão, enquanto o Ministério das Relações Exteriores teve um reforço de Cz\$ 27,2 milhões para amortização e encargos de financiamento.

MAIS GASTOS

Embora a chamada "lei de excesso" tenha acrescido Cz\$ 523,4 bilhões à receita, só foram apropriados pelo Tesouro Cz\$ 338,2 bilhões, distribuídos com pessoal e encargos sociais (Cz\$ 101,9 bilhões), dívida (Cz\$ 103,3 bilhões), despesas de manutenção (Cz\$ 32,7 bilhões) e outros custeios e capital (Cz\$ 142,5 bilhões).

Assim, para pagar o acréscimo na folha salarial dos servidores federais, civis e militares, no montante de Cz\$ 88,3 bilhões, e para atender às necessidades dos programas prioritários da área social, estimadas em Cz\$ 16,7 bilhões, o presidente Sarney encaminhou ontem, ao Congresso, projeto de lei solicitando crédito suplementar de Cz\$ 105,0 bilhões.